

Apresentação do nosso trabalho

EAE0531 - Agricultura e desenvolvimento no Brasil

Grupo: Christophe Agate & Joel Kim

Tema: **Reforma agraria e desenvolvimento**

Problemática: **Será que os assentamentos rurais permitam, de maneira eficiente, reduzir a pobreza no Brasil e cumprir com os objetivos da reforma agraria ?**

Plano:

Introdução

1. Reforma agraria no Brasil
2. Perfil atual dos assentamentos no estado de São Paulo
3. Resultados dos assentamentos rurais em São Paulo
4. Fatores de sucesso e de incesso do assentamento rural

Conclusão

Introdução:

O nosso trabalho consiste em analisar a contribuição dos assentamentos rurais à luta contra a pobreza, no âmbito da reforma agrária brasileira. Queremos mostrar como e em que medida, essa política de assentamentos rurais ajuda a melhorar as condições de vida das pessoas assentadas, a reduzir as desigualdades nas regiões e nos municípios com assentamentos, e, em fim, questionar a sustentabilidade do modelo atual.

Quais são os fatores de sucesso e insucesso dos assentamentos rurais praticados, hoje em dia, no Brasil? Para responder a esta pergunta, escolhemos focar-nos no caso do Estado de São Paulo. Essa decisão foi incentivada pela diversidade e o numero elevado de explorações agrícolas e de assentamentos, tão legais como ilegais. Além de ser o estado com maior produção agrícola de pais, com um sexto da produção nacional, encontremos dados relevantes e numerosos. A nossa principal fonte é uma pesquisa do IPEA, publicada em 2013 sobre dados de 2006 e 2010: “Avaliação da Situação de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo Fatores de sucesso ou insucesso”.

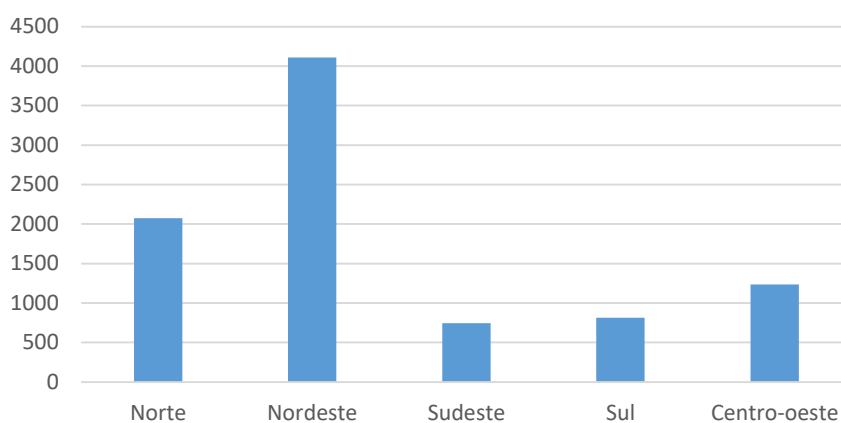
Reforma agrária e assentamento no Brasil:

A reforma agrária brasileira tem como objetivo principal reparar séculos de desigualdades fortes na posse de terra. Trata-se de lutar contra a pobreza e a exclusão social, e de aumentar a produção agrícola do país, tornando mais eficiente o uso da terra. Assim, os dois órgãos responsáveis da reforma agrária, a nível nacional, que são o Incra (Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária) e a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, atuam para redistribuir a terra de um modo que responda a sua função social. Para conseguir suas metas, o governo brasileiro tem duas soluções: a comprar de terras ou a desapropriação de terras, garantida pela lei de desapropriação e a Constituição de 1988. O fato é que a maioria das parcelas de terras usadas para assentamentos são terras compradas, opção escolhida pelo governo por ser mais simples e geralmente mais rápida, e sobre tudo porque reduz os conflitos sociais. A pesar de ser a alternativa mais económica, a expropriação de terras ainda é pouco usada (7% dos assentamentos rurais entre 2003 e 2009). As dificuldades jurídicas e a resistência dos latifundiários explique em grande parte esse fato.

O assentamento rural é, de fato, um processo lento e de longo prazo. Frente a lentidão do assentamento governamental, movimentos de ocupação ilegal de terras seguem muitos ativos no país inteiro. O mais famoso deles, o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), segue muito ativo desde os anos 1980 nas lutas sociais no campo, e defende outra política na redistribuição das terras rurais.

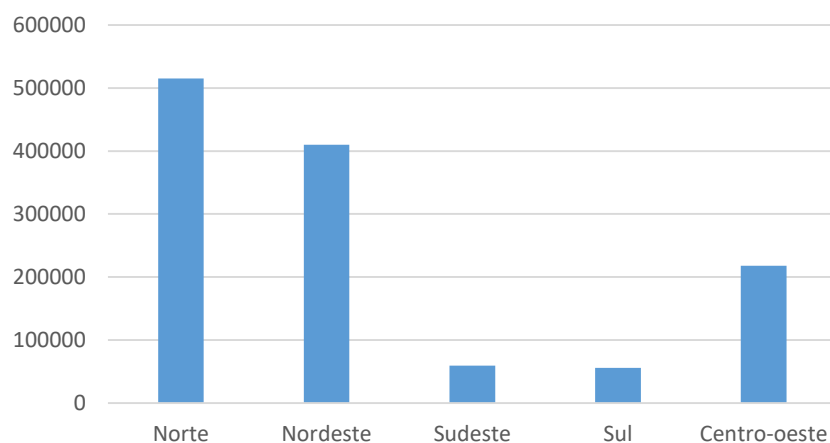
Quais são as particularidades do assentamento rural no Brasil? Primeiro, as pessoas que pedem assentamento rural têm que cumprir com vários critérios financeiros, familiares, e sociais: o objetivo é mostrar que a gente tem uma renda relativamente baixa, mais sobre tudo uma mão de obra familiar disposta a trabalhar no campo. De fato, o assentamento rural sempre atribui lotes de terras a famílias inteiras, e não a indivíduos. Essas famílias têm então que se comprometer a morar nessa terra, a explora-la e sustenta-la somente com os próprios membros da família. Em contra, têm direito a vários benefícios de apoio: créditos preferenciais, assistência técnica, desenvolvimento de infraestruturas.

Gráfico 1 – Número de projetos de assentamentos rurais nas regiões brasileiras, em 2013



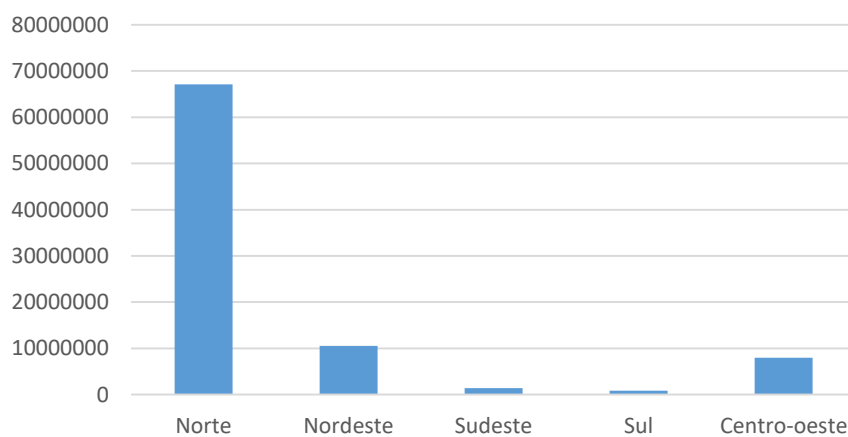
Fonte: incra.gov.br

Gráfico 2 – Número de famílias assentadas nas regiões brasileiras, em 2013



Fonte: incra.gov.br

Gráfico 3 – Hectares de terras de projetos de assentamentos nas regiões brasileiras, em 2013



Fonte: incra.gov.br

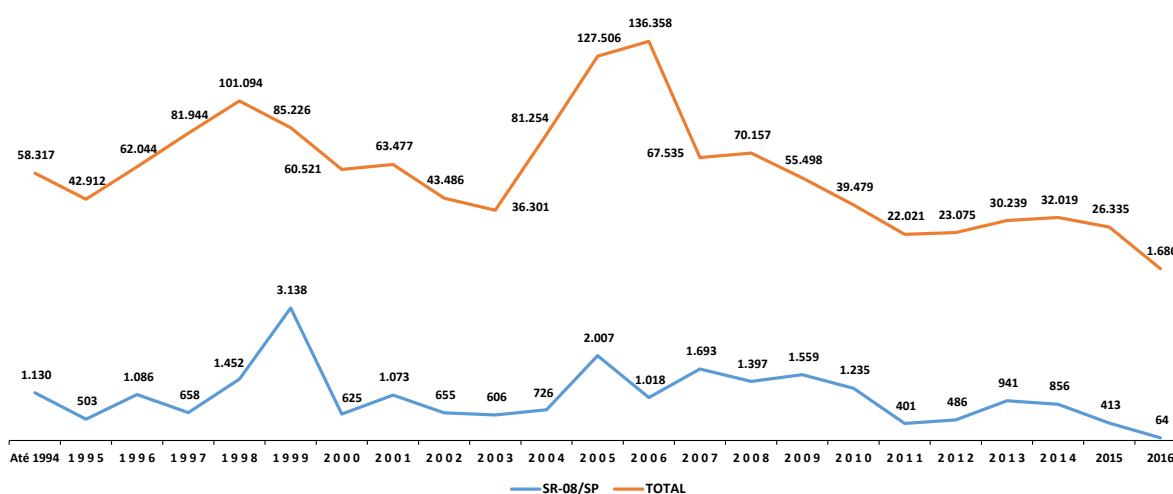
A escolha e a localização da parcela de terra depende da disponibilidade das terras e das suas propriedades produtivas. Assim, a maioria das famílias assentadas, assim como as maiores terras de projetos de assentamentos, se encontram na região norte, onde têm o maior número de terras disponíveis. A região nordeste, que por razões históricas, tem umas das estruturas fundiárias menos igualitarista, é a região com maior número de projetos de assentamentos, além de ter também um número de famílias assentadas muito alto (400 000 em total em 2013).

Perfil atual dos assentamentos no estado de São Paulo

De acordo com o Relatório de Pesquisa do Ipea (2013), até 2003 a maior parte dos assentamentos haviam sido criados pelo Instituto do Estado de São Paulo (ITESP) e a partir de 2003, a participação do governo federal se ampliou e tornou-se mais protagonista, sendo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), o instrumento federal e a Superintendência Regional do Incra de São Paulo, responsável pela administração e atuação no Estado de São Paulo (SR-8).

Comparando o histórico de famílias assentadas de todo o Brasil com a do Estado de São Paulo, podemos perceber que as famílias assentadas do Estado de São Paulo é uma parcela que ocupa em média 2% do total de famílias assentadas no Brasil.

Gráfico 4 – Histórico de Famílias Assentadas



Fonte: incra.gov.br

Em relação à participação das famílias assentadas de cada superintendência regional em relação ao total de 976.025 famílias assentadas atualmente, a Superintendência Regional responsável pelo Estado de São Paulo (SR-08) possui 17.336 famílias já assentadas, enquanto que o Estado de Maranhão, Pará e Mato Grosso ocupam as primeiras posições

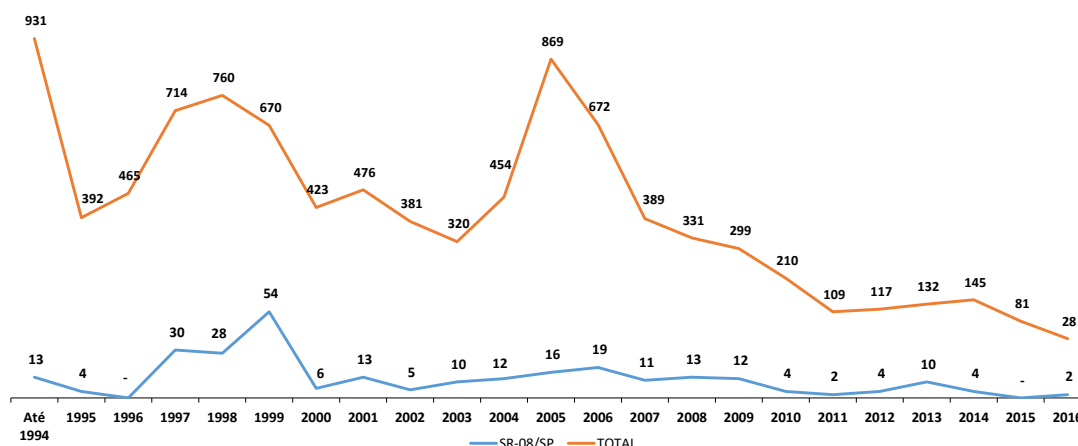
Tabela 1 – Resumo situação das Superintendências Regionais (SR)

SR	CAPACIDADE	FAMÍLIAS ASSENTADAS			ÁREA PA	
		Quantidade	Porcentagem	Posição	ha	Posição
SR 01 - Pará	106.811	98.713	92,4%	2	4.104.431,81	9
SR 02 - Ceará	25.788	21.813	84,6%	15	917.172,56	15
SR 03 - Pernambuco	25.081	23.091	92,1%	13	270.172,42	26
SR 04 - Goiás	13.709	13.166	96,0%	23	714.402,72	18
SR 05 - Bahia	58.512	49.100	83,9%	7	2.022.852,52	11
SR 06 - Minas Gerais	20.614	15.926	77,3%	20	886.190,82	16
SR 07 - Rio de Janeiro	10.947	5.961	54,5%	29	177.638,43	28
SR 08 - São Paulo	19.058	17.336	91,0%	18	345.760,41	22
SR 09 - Paraná	20.340	18.799	92,4%	17	429.771,28	21
SR 10 - Santa Catarina	5.980	5.267	88,1%	30	104.222,86	30
SR 11 - Rio Grande do Sul	13.898	12.447	89,6%	26	295.395,08	24
SR 12 - Maranhão	147.557	132.411	89,7%	1	4.739.655,26	7
SR 13 - Mato Grosso	102.738	82.879	80,7%	3	6.045.645,64	5
SR 14 - Acre	35.050	32.807	93,6%	9	5.600.710,33	6
SR 15 - Amazonas	73.042	57.299	78,4%	5	27.341.988,86	1
SR 16 - Mato Grosso do Sul	32.120	27.826	86,6%	11	716.105,53	17
SR 17 - Rondônia	66.091	39.025	59,0%	8	6.186.580,14	4
SR 18 - Paraíba	15.159	14.772	97,4%	22	293.828,10	25
SR 19 - Rio Grande do Norte	20.966	19.995	95,4%	16	529.523,17	20
SR 20 - Espírito Santo	4.617	4.224	91,5%	31	52.247,30	31
SR 21 - Amapá	18.898	14.784	78,2%	21	2.244.755,99	10
SR 22 - Alagoas	14.362	13.019	90,6%	24	113.985,37	29
SR 23 - Sergipe	11.889	10.888	91,6%	28	205.921,43	27
SR 24 - Piauí	34.276	31.192	91,0%	10	1.383.466,77	13
SR 25 - Roraima	22.215	16.604	74,7%	19	1.445.926,55	12
SR 26 - Tocantins	25.577	23.600	92,3%	12	1.238.456,35	14
SR 27 - Pará / Marabá	93.706	72.211	77,1%	4	4.683.229,89	8
SR 28 - Distrito Federal	16.259	12.879	79,2%	25	534.183,56	19
SR 29 - Médio São Francisco/PE	11.653	11.116	95,4%	27	345.516,67	23
SR 30 - Santarém/PA	79.537	53.811	67,7%	6	8.097.361,80	2
SR 31 - Altamira/PA	37.011	23.064	62,3%	14	6.337.215,47	3
TOTAL	1.183.461	976.025	82,5%		88.404.315,06	

Fonte: incra.gov.br

Em relação ao histórico de quantidade de Projetos de Assentamentos (PA), a SR-08 representou historicamente 3% dos projetos em relação ao total dos projetos. É possível observar que em 1996 e 2015 não houve nenhuma projeto de assentamento tradicional, mas possivelmente Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Florestal (PAF), outros projetos diferenciados.

Gráfico 5 – Histórico de Projetos de Assentamento



Fonte: incra.gov.br

Comparado ao total de 9.368 de PAs registrados, a SR-08 está na 17ª posição com total de apenas 272 PAs, com destaque ao Estado de Maranhão.

Tabela 2 - Classificação da Participação no Total de PAs por SR

Classificação	SR/UF	Participação	Observação
1	SR-12/MA	10,96%	
2	SR-05/BA	7,31%	
3	SR-13/MT	5,88%	
4	SR-27/MB	5,50%	SR-27/MB: Superintendência Regional do Sul do Pará - Sede em Marabá/PA
5	SR-24/PI	5,34%	
6	SR-02/CE	4,89%	
7	SR-01/PA	4,27%	
8	SR-26/TO	4,05%	
9	SR-11/RS	3,68%	
10	SR-03/PE	3,61%	
11	SR-06/MG	3,61%	
12	SR-09/PR	3,51%	
13	SR-18/PB	3,31%	
14	SR-04/GO	3,28%	
15	SR-19/RN	3,17%	
16	SR-29/MF	2,95%	SR-29/MSF: Superintendência Regional do Médio São Francisco - Sede Petrolina/PE
17	SR-08/SP	2,90%	
18	SR-23/SE	2,62%	
19	SR-17/RO	2,39%	
20	SR-30/SM	2,38%	SR-30/STM: Superintendência Regional de Santarém - PA
21	SR-16/MS	2,18%	
22	SR-28/DF	2,18%	SR-28/DF: Superintendência Regional do Distrito Federal e Entorno - Sede em Brasília/DF
23	SR-22/AL	1,89%	
24	SR-14/AC	1,72%	
25	SR-10/SC	1,71%	
26	SR-15/AM	1,56%	
27	SR-20/ES	1,00%	
28	SR-07/RJ	0,86%	
29	SR-25/RR	0,70%	
30	SR-21/AP	0,57%	
31	UA-ALT	0,03%	

Fonte: incra.gov.br

A partir dessas duas breves análises, vemos que, em relação ao impacto e tamanho dos projetos feitos no Brasil, o Estado de São Paulo tem, relativamente, menor participação devido alta concentração na Região Nordeste e Centro-Oeste. Entretanto, em termos absolutos, não podemos afirmar que tenha sido desprezível ou pequeno. Serão avaliados,

portanto, como os projetos de assentamento impactam socialmente e economicamente as famílias de forma absoluta.

De acordo com os programas de reforma agrária, espera-se uma atitude autônoma e ativa dos assentados em relação ao desempenho de suas atividades. Dessa forma, será preciso considerar o efeito da passividade dos assentados e do Incra na avaliação do impacto das reformas agrárias. Em Ipea (2013), as pesquisas no Estado de São Paulo revelam que foi possível verificar que ambos os lados aumentaram sua participação em relação aos programas antigos, obtendo maior participação dos assentados em reuniões, mais visitas do Incra em campos e maior motivação para se desenvolver.

Bibliografia:

- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (ipea), **Avaliação da Situação de Assentamentos da Reforma Agrária no Estado de São Paulo Fatores de sucesso ou insucesso**, p.7 – 101, 2013
- Ferrante, V. L. L. B. & Barone, L. A. & Duval, H. C., **Final de um ciclo? Reflexões sobre assentamentos rurais no Estado de São Paulo**, p. 1 – 28, 2012
- Sparovek, G., **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**, São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003